

REFLEXÕES SOBRE UM PROJETO DE LEITURA EM UMA ESCOLA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Rosilene Mendes Alfaia

Projeto de leitura desenvolvido em uma escola particular do Estado do Pará, local onde a professora ministrava aulas de língua portuguesa. Mestranda do curso de Educação- Uninter Christian Of American-UCA. Especialista no curso Escola que protege- Universidade Federal do Pará- UFPA. Graduada em licenciatura em Língua portuguesa- Universidade Federal do Pará- UFPA. Graduada em licenciatura Plena em Pedagogia- Universidade do Estado do Pará- UEPA. <http://lattes.cnpq.br/0337775578640910>. <https://orcid.org/0009-0003-5108-9308>. E-mail: lenemendes.r@hotmail.com

DOI-Geral: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2>

DOI-Individual: <http://dx.doi.org/10.47538/RNI-2026.V1N2-26>

RESUMO: O estudo reflete os resultados das aprendizagens do projeto de leitura realizado durante as aulas do componente curricular de língua portuguesa na escola da Educação Básica da rede particular de ensino e teve o objetivo de proporcionar aos alunos narrativas de obras diversas, em especial a cultura indígena, reforçando o conhecimento e as habilidades linguísticas dos estudantes com o intuito de acompanhar os alunos do ensino fundamental II visto que, as dificuldades dos alunos primordialmente concentravam-se na compreensão textual. O projeto na escola ampliou o olhar dos estudantes para a cultura ancestral e levou-os a entender que os povos originários são pessoas que vivem no presente.

PALAVRAS-CHAVES: Diversidade. Educação. Escola. Indígenas. Prática pedagógica.

REFLECTIONS ON A READING PROJECT IN A SCHOOL IN BASIC EDUCATION

ABSTRACT: The study reflects the learning results of the reading project carried out during classes in the Portuguese language curricular component at the Basic Education school of the private education network and had the objective of providing students with narratives of different works, especially indigenous culture, reinforcing students' knowledge and linguistic skills with the aim of accompanying elementary school II students since the students' difficulties were primarily focused on textual comprehension. The project at school broadened the students' perspective on ancestral culture and led them to understand that original peoples are people who live in the present.

KEYWORDS: Diversity. Education. School. Indigenous. Pedagogical practice.

O FAZER PEDAGÓGICO VOLTADO PARA A VALORIZAÇÃO DO SABER ANCESTRAL

A educação indígena nos seus processos educativos inclui pedagogia, métodos, regras específicas do ensino e aprendizagem, que orientam a vida da sociedade. Para tal parâmetro, a lei 11.645/2008 estabelecem nas diretrizes e bases da educação nacional a inclusão no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e

cultura afro-brasileira e indígena. Ndili (2014) reafirma em seu estudo que há a necessidade de abordar a temática no ensino e no currículo da Educação Básica, valorizar o saber ancestral é relevar o saber do seu território.

O fazer pedagógico está relacionado às estratégias e reflexões que o docente utiliza na sua rotina para realizar o ensino em sala de aula, as práticas pedagógicas indígenas no ensino fundamental têm a idealização de valorizar os saberes ancestrais, o bilinguismo e a interculturalidade e busca romper com os modelos coloniais e integrar a escola à realidade do país, essa ação vai além das datas comemorativas.

A base jurídica assegura o direito à uma educação que respeite a identidade cultural dos povos originários, a lei da Constituição Federal de 1988 nos seus artigos de 210 e 231 garante o uso das línguas maternas como objeto da aprendizagem. Paulo Freire no seu livro da Pedagogia da autonomia promove um ensino libertador que descolonize o olhar sobre os povos indígenas.

Para a Base Nacional Curricular Comum (BNCC) associar a cultura indígena com a realidade do aluno resulta em um rico processo de aprendizagens, que proporcionam contatos com as tradições e o saber da História do seu país. Ampliar o olhar dos estudantes para a cultura ancestral é levá-los a entender os povos originários como pessoas que vivem no presente.

Daniel Munduruku na Revista Casa Comum (2023) aborda a necessidade de inventar uma pedagogia do pertencimento, cujo estudo parte da ancestralidade brasileira dos indígenas e das culturas africanas e tais características da nacionalidade brasileira estão sendo desprezadas por conta de discursos hegemônico, ou seja; valoriza a cultura do colonizador e não os costumes do colonizado.

Os problemas contemporâneos impuseram a necessidade de um diálogo constante com o social e a participação da família é um dos fatores determinantes para o desenvolvimento integral do estudante. Ao considerar a qualidade do ensino que queremos ofertar e a necessidade da importância da leitura em formar cidadãos críticos, haja vista a relevância da interação entre família e escola neste processo.

REFLEXÃO SOBRE A FUNÇÃO DA ESCOLA

A educação formal é um ato social organizada a partir das necessidades da sociedade, pois é o resultado da interação do professor e aluno no contexto histórico social. Coerentemente, não se nega a sua especificidade visto que, a educação é única na sociedade capaz de intervir, questionar, afinal a sua função é formar pessoas para a cidadania. O que torna a escola única é o seu objeto de trabalho: o conhecimento. Esse saber é sistematizado e construído pelas relações sociais para o desenvolvimento humano.

A escola é o local da coletividade e influencia o pensar das pessoas, desse modo a educação interfere diretamente no social, recorda-se Paulo Freire: “A educação não transforma a sociedade, mas sem ela a transformação não acontecerá”. Para Caffagni (2023), a escola prepara os seus discentes para a participação cidadã e a manutenção da ordem social, que é vista na obra de Durkheim (1978) no qual afirma-se que o colegiado exerce uma função moral que é vital à organização da sociedade.

Desse modo, a educação é entendida como o processo de conscientização do homem e possibilita o engajamento na luta política e transformação social. A escola deve sustentar os princípios da igualdade e da diversidade e expor um sólido domínio dos componentes curriculares, como pré-requisito na formação das pessoas participantes.

A função social da escola vai além dos componentes curriculares, deve formar cidadãos capazes de participar ativamente da vida social e política, isso envolve a preparação para o mundo do trabalho, a formação ética e pensamento reflexivo. Libâneo (2013), aponta em seus estudos que a escola não detém o monopólio do saber, mas tem o papel específico e insubstituível de ensinar e promover o desenvolvimento integral dos alunos como requisito para a liberdade e a justiça social.

O espaço na escola destinado às formações do corpo docente deve possibilitar encontros para as trocas de ideias sobre as práticas pedagógicas, supervisão, estudos sobre os diversos temas de atividades. A escola pode proporcionar condições para que todos os profissionais da educação participem do momento de formação: reunião, palestras, visitas...

É imprescindível que o respeito às diferenças, negociações, busca de soluções e acordos devem existir no espaço da escola, porque é nesse lugar é que se constrói o

desenvolvimento das capacidades físicas e intelectuais.

PRAZER LEITURA: AMBIENTE E CULTURA INDÍGENA

Os momentos do projeto de leitura aconteceram em sala de aula nos horários das aulas de língua portuguesa, nos seus respectivos turnos definidos pela professora. Nas turmas dos oitavos e nonos anos fixaram-se duas aulas por semana para o projeto. Ocorreram atividades de formação de grupos, leitura individualizada, leitura, compartilhada, confecções de cartazes, apresentações do livro e construção do mural na escola.

As ações desse projeto iniciaram-se após as verificações das dificuldades dos alunos em compreensão textual e a maior motivação foi o desrespeito ao outro. Na fase da adolescência, os alunos fazem brincadeiras de mau gosto e algumas queixas foram reportadas à professora. Não se deixou despercebido o desprezo do aluno pela cultura do colega, ao comentar traços físicos ou modos de usar objetos pessoais.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa do tipo pesquisa-ação, que visa intervir na prática docente ao aplicar a lei 11.645/2008. A ação pedagógica aconteceu após as leituras dos autores indígenas e a intervenção com as produções dos alunos nas apresentações dos cartazes e suas confecções.

A pesquisa desse estudo visa a interpretação dos fenômenos e a sua significação são atribuídas às práticas das pessoas. Esse artigo questiona as bases eurocêntricas do ensino e busca valorizar saberes silenciados. É uma pesquisa-ação porque o professor atua diretamente no problema. Os alunos ao realizar as suas leituras nas apresentações constroem suas ideias, nesse momento o professor faz a mediação ao analisar comentários hegemônicos e procurar desconstruir falas do colonizador. As observações foram registradas durante as apresentações e não foram despercebidas as reações, falas e comportamentos dos alunos durante as atividades.

As obras utilizadas durante as atividades do projeto são as seguintes: As maravilhosas lendas amazônicas e outros contos (2012) de Maria de Nazaré Mello e Silva Soares; um curumim, uma canoa (2012) de Yamã Yaguarê; A boca da noite (2016) de Cristiano Wapichana; Contos indígenas brasileiros (2005) de Daniel Munduruku; A

mulher que virou Urutau (2011) de Olívio Jekupé; A batalha da cachoeira do cipó (2014) de Vera do Val.

Os alunos formavam duplas ou trios para participar das atividades e os títulos foram sorteados entre os grupos. A professora disponibilizou alguns exemplares, no entanto os estudantes ficaram à vontade para pesquisar outros livros com a mesma temática do projeto. Para a avaliação percebeu-se o interesse, a motivação dos alunos. Em comum acordo, os alunos construíram o mural na escola que foi o ponto culminante da ação pedagógica.

AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

As práticas pedagógicas para a diversidade buscam romper com modelos coloniais e integra a escola à realidade do país, ao longo das atividades, a promoção do diálogo foi um fator determinante para o conhecimento científico e os saberes tradicionais do povo indígena. Para as escolas não indígenas, a prática ensina a história viva dos povos originários, e não a comemoração de apenas de uma data.

A contação de histórias e lendas indígenas preserva a memória e os saberes ancestrais do Brasil, por meio da oralidade, os povos ensinam sobre a criação do mundo, a origem dos alimentos e a conexão com a natureza, além de possibilitar valores éticos e memórias coletivas.

Zabala (1998) ressalta que o professor é o mediador entre o saber culturalmente acumulado e a experiência dos alunos ao promover aprendizagens significativas. O trabalho docente deve promover a autonomia intelectual, respeito à diversidade e participação cidadã, que é reforçada nos princípios constitucionais do direito à educação no artigo 205 da constituição federal.

Diante das atividades houve o reconhecimento da contemporaneidade, ou seja, os alunos entenderam que os indígenas podem estar na universidade ou na cidade sem perder a sua cultura. Eles demonstraram respeito pela cultura e saberes do outro e passaram a usar a palavra indígena e povos originários. Em síntese, os estudantes mudaram as suas percepções ao longo das ações do projeto em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações pedagógicas voltadas para o universo indígena devem favorecer a escola como um espaço de desconstrução de estereótipos e valorizar a diversidade. As obras com o protagonismo indígena deixam de ser sobre o indígena e passa a ser com o indígena. Vale destacar os autores Daniel Munduruku, Aílton Krenak, entre outros autores que deram vozes às narrativas. No livro, A batalha da cachoeira de cipó de Vera do Val serviu como ponte na discussão da preservação do meio ambiente e conectou o mito à realidade da proteção das florestas e rios.

O trabalho pedagógico reacendeu a tese de que há centenas de povos com línguas e costumes diferentes e pode-se concluir que o objetivo é formar pessoas que respeitem o espaço do outro, a identidade dos povos originários como parte ativa da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base nacional comum curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil. DF: Senado Federal, 1988.

CAFFAGNI, C. W. Qual a função social da escola? Reflexões de nuances sociais e políticas a respeito da instituição escolar. Rio de Janeiro. v.32, 2023.

DURKHEIM, Émile. Educação e sociologia. Petrópolis, Vozes, 1978.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e terra, 1996.

LIBÂNEO, José Carlos. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

MUNDURUKU, Daniel. Pedagogia do pertencimento. Disponível: revistacasacomum.com.br. Acesso: 29/04/2026.

NDILLI, N.C.V. Educação escolar indígena: como luta para preservar a tradição ancestral Laklãnõ na atualidade interna e externa da terra indígena. Curitiba: CRV, 2014.

ZABALA, Antoni. A prática educativa: como ensinar. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Submissão: novembro de 2025. Aceite: dezembro de 2025. Publicação: abril de 2026.